

FINANSINOS S/A – Crédito, Financiamento e Investimento**CNPJ 91.669.747/0001-92****NIRE Nº 43300002756****ANEXO I****COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA****Item 10 – Formulário de Referência****Instrução CVM 480/2009****10. Comentários dos diretores****10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais****a. condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Diretoria da Companhia entende que as condições financeiras e patrimoniais são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto, médio e longo prazo, bem como para buscar o crescimento sustentável dos seus negócios.

A Finansinos apresenta uma estrutura de capital com uma composição bastante sólida e equilibrada, permitindo que a empresa cumpra suas obrigações sem a dependência de qualquer comprometimento dos negócios da mesma. Nosso caixa e equivalentes em caixa estão sempre representados em ativos de rápida liquidez.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipótese de resgate, (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate.

A atual estrutura de capital, apresenta níveis conservadores de alavancagem, adequados ao perfil de risco a que a empresa está exposta.

A companhia contempla 913.778 ações ordinárias nominativas, sendo que as ações em circulação, excluindo os controladores diretos e indiretos, atingiram o percentual de 33,14% do total das ações.

A sociedade poderá adquirir as ações de sua emissão, a fim de cancelá-las ou mantê-las em tesouraria, para posterior alienação, mediante autorização do Conselho de Administração. No momento a empresa não tem planos de resgate de ações.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

A Finansinos apresenta plena capacidade de pagamento dos seus compromissos financeiros de curto, médio e longo prazo. A companhia mantém o monitoramento constante dos prazos de

vencimento dos ativos e passivos, afim de evitar quaisquer descasamentos de caixa que possam comprometer sua capacidade de pagamento das obrigações assumidas.

A Diretoria optou pela manutenção de um elevado nível de valores em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e em Títulos e Valores Mobiliários, que são recursos de liquidez imediata, reforçando sua postura conservadora na gestão da liquidez.

d. fonte de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos circulantes utilizados.

A Finanças prioriza a captação de recursos através de Letras de Câmbio, apesar de sempre ter se mantido capitalizada o que faz com que o capital próprio se torne a principal fonte de financiamento do capital de giro.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

A política de gestão de risco de liquidez adotada pela Financeira estabelece um plano de contingência, com ações corretivas para o restabelecimento dos níveis adequados de liquidez. As ações incluem a concessão de incentivos para novas captações de Letras de Câmbio e interrupção gradativa de concessão e da renovação de operações de crédito.

f. níveis de endividamento e características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; (iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário;

O endividamento da empresa é basicamente com a emissão de Letras de Câmbio, que representa um valor bem abaixo das nossas aplicações financeiras, que são recursos de liquidez imediata e impostos.

O endividamento total nos três últimos exercícios, evidenciamos a seguir:

Período do Endividamento	Montante em R\$	Índice de Endividamentos/ Patrimônio Líquido
31.12.2017	2.290.548,20	14,18548557
31.12.2016	3.215.244,10	19,09655093
31.12.2015	4.738.065,76	27,28832427

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não temos financiamentos contratados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As Aplicações Interfinanceiras de Liquidez apresentaram um aumento em 2017 de R\$ 3.442 mil, decorrente basicamente da manutenção dos recursos aplicados em CDI.

Os Títulos e Valores Mobiliários apresentaram uma redução de R\$ 1.543 mil, sendo R\$ 1.043 mil decorrente da incorporação da CETIP pela B3 e parte foi recebido em ações e o restante foi recebido em dinheiro, o que reduziu o valor aplicado em Ações de Cia Aberta. Tivemos também uma redução de R\$ 500 mil no valor aplicado em Fundos.

As operações de crédito tiveram uma redução em 2017 de R\$ 1.830 mil, em função da alteração na política de concessão de crédito em que foi dado prioridade a cobrança e uma maior seletividade nas novas operações além da retração do mercado.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa tem se mantido bastante elevada nos três exercícios em função da inadimplência de clientes de valores relevantes, a redução de R\$ 4.822 mil no exercício de 2016. Isso ocorre em função de uma mudança na política de cobrança da companhia em que as empresas que não honrarem seus compromissos em dia são encaminhadas para cobrança judicial, especialmente em 2015 onde foram ajuizados valores relevantes, e neste caso automaticamente gera provisões e no exercício de 2016 por estarem vencidas a mais de um ano, grande parte dos valores foram transferidos para prejuízo, em 2017 houve novamente um aumento na provisão em função da inadimplência.

O resultado não operacional em 2017, decorreu principalmente da venda de bens do ativo imobilizado.

As alterações comentadas acima podem ser evidenciadas a seguir:

CONTAS	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	7.220.318,58	3.778.046,96	2.559.716,18
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	3.190.956,66	4.734.339,95	5.764.220,30
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.604.335,02	7.434.803,29	14.591.200,66
PROVISÃO P/CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	(3.758.947,97)	(2.481.548,73)	(7.303.153,00)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL – POSITIVO	116.938,80	12.600,46	8.263,00

10.2 Resultado operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Nossas receitas decorrem principalmente de taxas de juros, tarifas e aplicações financeiras.

Nossas despesas decorrem principalmente de custos de captação (LC), tributos, provisões para contingências, despesas administrativas, provisão para devedores duvidosos e despesas de pessoal.

Nossos resultados operacionais tem sido influenciados negativamente pela redução da capacidade de gerar novos empréstimos, em função da baixa demanda por novos produtos de crédito e pela variação nas taxas de juros oferecidas no mercado, bem como pelo nosso nível de provisão para devedores duvidosos que nos três últimos exercícios foi elevada pela necessidade de cobranças através de processos judiciais.

b. variações das receitas tributáveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços;

As nossas receitas estão diretamente ligadas ao volume de nossos negócios que tem se mantido bastante retraída nos últimos dois anos, visto que nosso negócio depende da demanda e da oferta de crédito no mercado que sofreu uma brusca redução com a estagnação da economia.

As alterações de preços, taxas de câmbio e da inflação em nossos clientes, poderia gerar uma situação de inadimplência em nossas operações de crédito, porém estamos mantendo um maior rigor na concessão de crédito, buscando garantias reais e um acompanhamento efetivo de nossos clientes.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, de câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Nossa empresa opera somente com empréstimos, financiamentos e com títulos descontados, cujas operações são todas com taxas pré-fixadas, portanto a única variação que poderia afetar os negócios seria uma elevação substancial da taxa de juros, visto que não temos envolvimento direto com preços e não operamos com taxas de câmbio. A nossa trava contra os efeitos da inflação ou da taxa de juros a empresa vem operando com um prazo limitado, no máximo 24 meses para os empréstimos e financiamentos, o que possibilita uma rápida recolocação dos recursos com as novas taxas praticadas no mercado.

10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Comentários dos Diretores da Companhia sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional;

b. constituição, aquisição ou alienação de participações societária;

c. eventos ou operações não usuais;

Não houve eventos relevantes neste sentido.

10.4 Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. mudanças significativas nas práticas contábeis;

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis;

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor;

Não houve alterações de práticas contábeis e nem houve ressalva no parecer do auditor no exercício de 2017.

10.5 Políticas contábeis críticas

Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes pra a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajuste de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

No exercício de 2011 a empresa adotou, com base em laudos técnicos, as novas taxas de depreciação que levam em consideração o tempo de vida útil e econômica dos bens, sendo que a variação relevante foi a depreciação dos Imóveis de Uso que passou de 4% para 1,66% ao ano e que vem sendo mantido até 2017.

10.6 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Nos últimos Três exercícios não houve itens relevantes não registrados contabilmente, todas as operações estão evidenciadas nas demonstrações financeiras;

10.7 Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Nos últimos três exercícios não houve itens relevantes não registrados contabilmente, todas as operações estão evidenciadas nas demonstrações financeiras.

10.8 Plano de Negócios

O plano de negócios é de manter as operações concentradas em Empréstimos, Financiamentos e Desconto de Títulos, porém bastante seletivos na concessão de recursos para evitar a inadimplência futura.

10.9 Outros fatores com influência relevante

O fator de influência relevante continua sendo a inadimplência em nossos negócios.

ANEXO II

INFORMAÇÕES ACERCA DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

Item 12 – Formulário de Referência

Instrução CVM 480/2009

ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

Esclarecemos que os dados abaixo referem-se aos membros atuais do Conselho de Administração, que estão à disposição dos acionistas para eventual reeleição. O mandato do atual Conselho de Administração vigorará até a realização da AGO/2018, que se realizará até abril de 2018.

12.5/6 Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

NOME	CPF	IDADE	PROFISSÃO	ORGÃO ADMINISTRAÇÃO	CARGO ELETIVO	DATA ELEIÇÃO	DATA POSSE	PRAZO MANDATO	ELEITO P/ CONTR.
MAURO ELAR FERRARI	215.545.600-04	63	CONTADOR	DIRETORIA	DIRETOR DE RELAÇÕES C/ INVESTIDORES	25/04/2017	29/05/2017	1ª RCA APÓS AGO 2018	NÃO
CESAR AUGUSTO PERONI ODY	736.236.100-97	43	ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO DE ADM. EFETIVO	24/04/2017	25/05/2017	ATÉ AGO 2018	NÃO
BEATRIZ SELBACH SCHMIDT	265.724.430-00	66	LICENCIADA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO DE ADM. EFETIVO	24/04/2017	29/05/2017	ATÉ AGO 2018	NÃO
MARIA HELENA ADAMS PEREZ	178.647.040-34	69	ODONTOLOGA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO DE ADM. EFETIVO	24/04/2017	29/05/2017	ATÉ AGO 2018	NÃO
PAULO CESAR SANVITTO	294.042.820-49	62	MÉDICO	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO DE ADM. EFETIVO	24/04/2017	29/05/2017	ATÉ AGO 2018	NÃO
ROGERIO COSTA ROKEMBACH	489.955.410-91	51	CONTADOR	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO DE ADM. EFETIVO	24/04/2017	29/05/2017	ATÉ AGO 2018	NÃO

a. Currículos dos administradores

MAURO ELAR FERRARI - 215.545.600-04 – O administrador exerceu a função de gerente de auditoria na empresa Nardon Nasi & Cia – Auditores Independentes de 01.05.1978 a 21.05.1994. Exerce a função de contador junto a Finansinos S/A desde 01.06.1994 e desde 2015 passou a ocupar cargo diretivo.

CESAR AUGUSTO PERONI ODY – 736.236.100-97 – Conselheiro de Administração, nascido em 28.12.1974, Curso de Administração.

BEATRIZ SELBACH SCHMIDT – 265.724.430-00 – Curso superior na Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo/FEVALE, Licenciada em Educação Física em 21.12.1978.

MARIA HELENA ADAMS PÉREZ – 178.647.040-34 – Curso Odontologia - Conselheira de Administração, nascida em 19.12.1948.

PAULO CESAR SANVITTO – 294.042.820-49 – Médico radiologista inscrito no Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul sob número 10991. Experiência provisionais: Chefe dos residentes do serviço de Radiologia da HCPA de janeiro de 1982 a dezembro de 1983, Médico Radiologista do Serviço de radiologia do Hospital de Clínicas de Porto Alegre – Universidade Federal do Rio Grande do Sul de janeiro de 1984 a março de 1986, Médico Radiologista Concursado do Hospital de Pronto-Socorro de Porto Alegre – 1995 a 1998, Médico do Serviço de Radiologia do Hospital São Lucas da PUC-RS de abril de 1986 a agosto de 1988, Médico do Serviço de Imagem do Hospital Moinhos de Vento de Porto Alegre desde 1988, Diretor do Moinhos Centro de Imagens do Hospital Moinhos de Vento de 1995 a setembro de 2002, Médico chefe da Unidade de Diagnóstico por Imagem do Hospital Moinhos de Vento desde 2004.

ROGÉRIO COSTA ROKEMBACH – 489.955.410-91 – Bacharel em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS, Pós Graduado em Administração e Estratégia Empresarial pela Universidade Luterana do Brasil, é sócio da Rokembach + Lahm, Villanova, Gais & Cia Auditores

12.7/8 Composição dos comitês

COMITÊ DE REMUNERAÇÃO: É composto por 2 membros do Conselho de administração e um membro não administrador.

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.

Não há na companhia relação conjugal e/ou de parentesco entre os administradores.

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Não há na companhia relações de subordinação.

12.11 Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Não existem quaisquer acordos dessa natureza na companhia

ANEXO III**INFORMAÇÕES ACERCA DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES****Item 13 – Formulário de Referência****Instrução CVM 480/2009****13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES****13.1 Descrever a política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária****a. objetivos da política ou prática de remuneração**

A política de remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria, da FINANSINOS S/A – Crédito, Financiamento e Investimento, é definido o limite global em AGO, cabendo ao Comitê de Remuneração e ao Conselho de Administração, determinar a divisão entre seus integrantes podendo ela ser diversa entre eles.

b. composição da remuneração, indicando:**i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

A remuneração Fixa, corresponde ao valor recebido mensalmente pelo profissional que visa remunerá-lo pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A remuneração mensal do Conselho de Administração e da Diretoria é 100% fixa.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O Art. 26 do Estatuto Social prevê: A Sociedade terá um Comitê de remuneração que será regido pela legislação aplicável e pelo “Regimento do Comitê de Remuneração”, elaborado pelo Conselho de Administração, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, sendo no mínimo 1 (um) não administrador e os demais escolhidos dentre os integrantes do Conselho de Administração e/ou da Diretoria, com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição, devendo um deles ser designado Coordenador.

§ Único – O Comitê terá por objetivo propor ao Conselho de Administração as políticas e diretrizes de remuneração dos Administradores Estatutários da sociedade, tendo por base as metas de desempenho estabelecidas pelo Conselho.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

Os principais indicadores de desempenho utilizados na determinação da remuneração são o resultado da Companhia e o desempenho do próprio executivo.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

A referência de valor da função no mercado é a base para definição da remuneração.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.

A definição dos componentes da política de remuneração envolve o engajamento e senso de propriedade dos profissionais com os resultados da Companhia.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há esse tipo de remuneração.

13.2 Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal.

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31.12.2018 – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	5	2	7
Remuneração fixa anual			
Salário ou pró-labore	194.400,00	570.450,44	764.850,44
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável			
Bônus	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00
Baseada em Ações	0,00	0,00	0,00
Total da remuneração	194.400,00	570.450,44	764.850,44

Remuneração total prevista para o Exercício Social 31.12.2017 – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	5	2	7
Remuneração fixa anual			
Salário ou pró-labore	188.400,00	555.359,14	743.759,14
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável			
Bônus	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00
Baseada em Ações	0,00	0,00	0,00
Total da remuneração	188.400,00	555.359,14	743.759,14

Remuneração total do Exercício Social 31.12.2016 – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	5	2	7
Remuneração fixa anual			
Salário ou pró-labore	180.000,00	521.905,50	701.905,50
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável			
Bônus	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00
Baseada em Ações	0,00	0,00	0,00
Total da remuneração	180.000,00	521.905,50	701.905,50

Remuneração total do Exercício Social 31.12.2015 – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	5	3	8
Remuneração fixa anual			
Salário ou pró-labore	225.000,00	992.280,45	1.217.280,45
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável			
Bônus	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00
Baseada em Ações	0,00	0,00	0,00
Total da remuneração	225.000,00	992.280,45	1.217.280,45

13.3 Remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

EXERCÍCIOS		2018	2017	2016	2015
ÓRGÃO	DIRETORIA				
	Nº DE MEMBROS	2	2	3	3
	PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS - R\$	0,00	0,00	0,00	0,00
ÓRGÃO	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
	Nº DE MEMBROS	5	5	5	6
	PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS - R\$	0,00	0,00	0,00	0,00

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária.

A empresa não possui remuneração baseada em ações

13.5 Remuneração baseada em ações do conselho de administração de administração e diretoria estatutária.

A empresa não possui remuneração baseada em ações

13.6 Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

A empresa não possui opções em aberto em 31.12.2017.

13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração de administração e diretoria estatutária.

A empresa não possui remuneração baseada em ações

13.8 Informações necessárias para compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 – Método de precificação do valor das ações e das opções.

A empresa não possui remuneração baseada em ações

13.9 Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão.

EM 31.12.2017	AÇÕES ORDINÁRIAS	
GRUPO	QUANTIDADE DE AÇÕES	%
CONTROLADOR	608.185	66,56
DIRETORES	2.059	0,23
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	647	0,07
OUTROS	302.887	33,14
TOTAL	913.778	100,00

13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A empresa não possui planos de previdência em vigor

13.11 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
Nº de membros	2	2	2	5	5	5
Valor da maior remuneração (Reais)	248.881,68	231.890,40	231.890,40	38.880,00	36.000,00	48.000,00
Valor menor remuneração (Reais)	238.515,84	220.848,00	220.848,00	38.880,00	36.000,00	48.000,00
Valor médio da remuneração (Reais)	243.698,76	226.369,20	226.369,20	38.880,00	36.000,00	48.000,00

13.12 Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não houve eventos nesse sentido

13.13 Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

EXERCÍCIOS		2017	2016	2015
ÓRGÃO	DIRETORIA			
	PRO-LABORE – TOTAL – R\$	555.359,14	521.905,50	992.280,00
	% REM. TOTAL S/RESULTADO	147,94%	(407,89)%	(21,86)%
ÓRGÃO	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
	PRO-LABORE – TOTAL – R\$	188.400,00	180.000,00	225.000,00
	% REM. TOTAL S/RESULTADO	50,18%	(140,67)%	(4,96)%

13.14 Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam.

Não houve eventos nesse sentido nos 3 últimos exercícios

13.15 Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controlada do emissor

Não houve eventos nesse sentido nos últimos 3 exercícios

13.16 Outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes

ANEXO IV**PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES**

Considerando a distribuição dos valores para o exercício de 2018 (item 13.2 das informações acerca da remuneração dos administradores), propomos que seja destinado a remuneração global anual de R\$ 1.600.000,00 para remuneração dos administradores.

ANEXO V**PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2016****ANEXO 9-I-II DA Instrução CVM 481/2009****1. Informar o lucro líquido do exercício**

O Lucro Líquido do exercício foi de R\$ 375.376,95

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio

No exercício de 2017 foram distribuídos Dividendos no montante de R\$ 100.515,58.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O percentual do lucro líquido distribuído foi de 26,77%

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não houve distribuição de lucros com base em exercícios anteriores

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.**

Não se aplica.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não se aplica.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não se aplica.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não se aplica.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

Não tivemos o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em balanço semestral.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não houve pagamento de dividendos ou juros com base no balanço semestral.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício	2017	2016	2015	2014
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	375.376,95	(127.953,73)	(4.539.091,49)	680.737,99
Lucro (Prejuízo) por Ação Ordinária	0,41	(0,14)	(4,97)	0,74

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído e nos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício	2017	2016	2015	2014
Dividendo Proposto	100.515,58	0,00	0,00	349.520,08

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado a reserva legal

O montante destinado a reserva legal foi de R\$ 18.768,85.

b. Detalhar a forma de cálculo da Reserva Legal

	Exercício 2017 R\$	Exercício 2016 R\$	Exercício 2015 R\$
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	375.376,95	(127.953,73)	(4.539.091,49)
	-----	-----	-----
Base de cálculo da Reserva Legal	375.376,95	(127.953,73)	(4.539.091,49)
Reserva Legal Constituída (5%)	18.768,85	0,00	0,00

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculo dos dividendos fixos ou mínimos

A companhia não possui ações preferenciais

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

c. Identificara se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável

d. Identificar o valor dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O estatuto da empresa no seu Art. 29 (b) prevê dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido após ajustes previstos na Lei das Sociedades por Ações.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

A empresa pagou acima do dividendo mínimo.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não houve montante retido

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não houve montante retido

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não houve montante retido

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não houve destinação de resultado para reserva de contingências

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não houve destinação de resultado para reserva de contingências

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não houve destinação de resultado para reserva de contingências

d. Justificar a constituição de reserva

Não houve destinação de resultado para reserva de contingências

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar

Não houve destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não houve destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

Conforme Art. 29 (c) do Estatuto Social, o saldo remanescente após a constituição da Reserva Legal e o pagamento dos dividendos será destinado à conta da Reserva Especial, por deliberação da AGO.

b. Identificar o montante destinado a reserva

O montante destinado a Reserva Especial (Estatutária) foi de R\$ 256.092,52.

c. Descrever como o montante foi calculado

	R\$
Lucro Líquido do Período	375.376,95
(-) Dividendos	(100.515,58)
(-) Reserva Legal	(18.768,85)

Destinação para a Reserva Especial	256.092,52

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**a. Identificar o montante de retenção**

Não houve retenção de lucros

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não houve retenção de lucros

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**a. Informar o montante destinado à reserva**

Não houve destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

b. Explicar a natureza da destinação

Não houve destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

Considerando que a Sociedade obteve no exercício social encerrado em 31.12.2017 um Lucro de R\$ 375.376,95, propomos que seja destinado para a Reserva Legal R\$ 18.768,85, para Dividendos R\$ 100.515,58 e para a “Reserva de Lucros – Reserva Especial” R\$ 256.092,52.

Conselho de Administração

PAULO CESAR SANVITTO Presidente	MARIA HELENA ADAMS PEREZ Vice Presidente
BEATRIZ SELBACH SCHMIDT	CESAR AUGUSTO PERONI ODY
ROGÉRIO COSTA ROKEMBACH	